

A dicotomia entre ciência e negócios, a mídia e a medicalização na sociedade contemporânea (parte 2)

The dichotomy between science and business, the media and the medicalization in contemporary society (Part 2)

José Augusto Cabral de Barros ^{1*}

1 Ex-professor dos Departamentos de Medicina Social da UFPE e do Departamento de Saúde Coletiva da UFJF

* Autor correspondente E-mail: josebarros@uol.com.br

RESUMO

O presente texto se propõe a refletir sobre as tendências atuais do fenômeno da medicalização, contextualizando-o, historicamente, e tomando como referência o papel da mídia neste processo. O texto centraliza sua crítica apreendendo a inserção do tema 'medicamentos', em matérias de capa de três revistas semanais de ampla circulação no país ('Veja', 'Isto é' e 'Época'), refletindo sobre os equívocos ali presentes e sobre o impacto dessas reportagens na ampliação do uso irracional dos medicamentos. Inicialmente é feita uma revisão da trajetória evolutiva dos modelos de processo 'saúde doença', de forma geral, e no que tange à Epidemiologia/Saúde Coletiva, em particular. Concluiu-se apontando os principais avanços alcançados para se chegar ao diagnóstico e tratamento das doenças e, igualmente, aos entendimentos dos determinantes sócio-econômicos que interferem para o gozo de níveis satisfatórios de saúde.

Palavras-chave: ideologia de consumo; uso irracional de medicamentos; propaganda; farmacoepidemiologia

ABSTRACT

This paper intends to reflect on the current trends of the phenomenon of medicalization, contextualizing it historically and with reference to the media's role in this process. The text focuses its criticism seizing the inclusion of the theme 'drugs' in cover stories of three weekly magazines of wide circulation in the country ('Veja', 'Isto é' and 'Época'), reflecting on the gifts there and misconceptions about the impact of these reports on the expansion of irrational use of medicines. Initially a review of the evolutionary trajectory of process models 'health/disease' in general, and regarding the Epidemiology/Public Health in particular is taken. The major advances achieved to reach the diagnosis and treatment of diseases and also to understanding the social- economic determinants which contribute to the enjoyment of satisfactory levels of health are appointed.

Keywords: ideology of consumption; irrational use of medicines; propaganda; pharmacoepidemiology

Os (des)caminhos da atual sociedade de consumo

Atualmente, vem sendo utilizada a expressão '**sociedade de consumo**'¹ para designar sociedades que atingiram elevado nível de industrialização, com poder de compra de bens e serviços diversificados, tentando convencer a todos da associação estreita entre o consumo e a melhor qualidade de vida. De saída, cabe destacar a impropriedade dessa associação – o que, ampliando para a questão propriamente da 'saúde' e da 'felicidade', assim como do imposto "padrão de beleza corporal", aspectos que tentaremos aprofundar mais adiante - e do impacto ambiental, mais do que evidente e ressaltado por inúmeros estudiosos do problema.

A dilapidação dos recursos naturais, muitos deles não renováveis, a poluição atmosférica e os gases que atuam sobre a camada de ozônio ou resultam no chamado "efeito estufa", são indicativos da insustentabilidade do modelo dominante de sociedade. Um novo relatório elaborado pela ONU com o fito de estudar os impactos da poluição atmosférica, prevê uma ascensão da temperatura terrestre em 4,8 graus, atribuída, sobretudo, à emissão de gás carbono oriunda de combustíveis fósseis e processos industriais os quais, a partir dos anos 70, tem a ver com um incremento de emissões, da ordem de 70%. É preocupante, no entanto, saber que, para limitar o aquecimento global em 2°C, considerado o limite para evitar danos maiores, será necessário que as emissões estejam quase zeradas em 2100². A respeito da problemática

¹ Houaiss (2001) mui apropriadamente aponta o que caracteriza a 'sociedade de consumo: é aquela onde ocorre um **consumismo delirante**.

² Ainda que os acordos para contenção ou controle desses males tenham sido limitados pelos interesses da exploração capitalista do planeta e seus recursos naturais, os estudos parecem ser conclusivos, em especial os desenvolvidos sob a égide da ONU, em especial o **Intergovernmental Panel on Climate Change** (IPCC). Criado em 1988 e com seu V Relatório recém vindo à luz, (31.03.2014) traz notícias nada animadoras sobre o futuro do planeta. O documento, não somente confirma o impacto do aquecimento global sobre os seres humanos, com previsões catastróficas, em consequência do mencionado aquecimento: fome, aumento de ondas migratórias, secas mais prolongadas, sobretudo em países da África e sudeste da Ásia, mas, também, no Brasil (Amazônia e Nordeste, precisamente as regiões onde vivem populações mais pobres). E o Brasil continua dando sua contribuição equivocada para a ampliação do drama quando, na contra-mão do que seria de esperar, constrói termoelétricas e aposta na exploração das fantásticas

assinada, no que consiste à crise e matriz energética brasileira, considerando cinco cenários possíveis, vale a pena debruçar-se sobre o texto de Porto (2001).

Cabe considerar, ainda, a concentração da renda, fenômeno universal, gerador de desigualdades sociais que, naturalmente, repercutem no diferencial de consumo, para muitos inacessível, até mesmo para aqueles bens e serviços que são indispensáveis à sobrevivência (os conceitos – bastante relativos e com elevado grau de subjetividade – de "**necessidades**" e sua categorização em '**essenciais**' e '**supérfluos**', podem ser alvo de ampla discussão e divergências sobre os significados mais concreto ou filosófico-ideológicos das mesmas). Por outro lado, as crises por que vêm passando tantos países, em grau diversificado, são, em grande medida, reflexo da ganância do capital financeiro especulativo, sobre os quais não se tem tido êxito na imposição de medidas de controles ou normativas que, por exemplo, privilegiem o capital produtivo gerador de empregos e possa preservar o interesse das camadas ou países mais pobres e que o são, justamente, pela espoliação que remonta aos tempos coloniais, mas, sobrevivente, de forma mais ou menos explícita, até os dias de hoje.

A tentativa de gerar adeptos do consumo o mais precocemente possível, fazem das crianças, alvo privilegiado da publicidade. Apelando para a fantasia infantil, com a pouca ou nenhuma capacidade crítica desse público, a despeito das normas legais – e que são com frequência, violadas - existentes para protegê-lo e que se encontram tanto no Código de Defesa do Consumidor (Artigos 36 e 37) como na própria Constituição da República e no *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

Estudo feito por Sereda e colaboradores, voltado para a publicidade infantil, avaliou propagandas levadas ao ar pelas redes de televisão SBT e Globo, em período matutino durante uma semana, tendo detectado ter havido nada menos que 40 minutos diários de propaganda dirigida às crianças, ao analisar cada comercial ficou patente a intenção de estimular o

jazidas de petróleo do pré-sal (Miranda, 2014). Os interessados no tema podem acessar a página WEB do IPCC em: <http://www.ipcc.ch/>

Há vasta e crescente produção bibliográfica sobre questões ambientais. Pode-se destacar o pensamento crítico do Leonardo Boff, que tem publicado inúmeros textos de interesse, entre os quais aponto apenas um deles (Boff, 2010). Aos leitores que o desejarem, eis o endereço de sua página na WEB: www.leonardoboff.com

desenvolvimento precoce para vida adulta, fomentando a vaidade, o glamour, o culto ao corpo e à aparência perfeitos (cabelos, roupas e acessórios), de forma a inseri-los e torná-los aceitos pela sociedade. A influência negativa dos apelos vinculados na TV provoca também a formação de crianças egoístas, individualistas, chantagistas e manipuladoras. Em suma, constatou-se que as crianças são estimuladas precocemente ao erotismo, má alimentação, vaidade e egoísmo (SERDA et al., 2008).

No super instigante *Conversa sobre a fé e a ciência* – cuja leitura é de todo, recomendável – Frei Betto, um dos co-autores - considera dispor “a criança de dois antídotos para a publicidade: ela não se liga no valor agregado dos objetos e possui uma usina natural de fantasia, de imaginação, absolutamente inesgotável”. O que ocorre, no entanto, realça o autor é que o consumismo televisivo coopta a criança e a usina da imaginação é transferida para a TV que passa a sonhar, imaginar e “brincar” por ela. Pela erotização precoce, inclusive, o convite à atenção demasiada ao próprio corpo engendra “uma espécie de esquizofrenia: ela passa a ter trejeitos de adulto, linguagem de adulto, desejos de adulto, mas é uma criança. É biologicamente infantil e psicologicamente “adulta” (BETTO et al., 2011).

Outro aspecto interessante, ressaltado por Frei Betto (2011) diz respeito ao fato de que na economia clássica a equação era **‘pessoa-mercadoria-pessoa’** e esta passa, na atualidade para uma outra, com correlação inversa, isto é, **‘mercadoria-pessoa-mercadoria’**. Esta última é que passa a outorgar mais ou menos valor às pessoas, segundo o que elas ostentam de bens que consomem ou possuem.

A noção de se é infeliz por não dispor de tal ou qual produto constitui um tremendo equívoco para o qual contribui, como um dos mais poderosos determinantes, a publicidade ampla e irrestrita, não estando imunes a ela, os bens e serviços, direta ou indiretamente relacionados à saúde. Críticas como essa, vêm sendo feitas, crescentemente.

A mercadoria, ideológica por essência (vide a reflexão sobre as contradições inerentes à produção e consumo capitalistas e o *fetichismo da mercadoria*, levando a problemática para a “mercadoria” ‘medicamento’ feita por Giovanni (1980) e por Marx (2013). O fato é que a ‘mercadoria’ despoja de seu trabalho aquele que a produz e despoja de sua vida aquele que a consome.

No sistema econômico dominante, já não é mais a demanda que condiciona a oferta, mas se dá, a olhos vistos e, em forma crescente,

exatamente, o oposto. E é esta a lógica que preside o lançamento contínuo e sistemático de pretensas novidades – em todos os âmbitos, sem exclusão dos produtos relacionados, direta ou indiretamente com a ‘saúde’ e tudo com um prazo de validade cada vez mais curto. E como o bombardeio das estratégias de promoção e vendas arquitetado por *experts* em “marketing” (agências de publicidade) funciona a contento, os ‘equivocos’ passam a ter a aparência da mais lídima verdade.

Além disso, é impressionante como a máquina é azeitada ininterruptamente e ela age com competência ímpar, pois todos - mesmo adultos “infantilizados” – de idade, sexo, origem social, renda, passam a fazer parte do rebanho de submissos acrílicos. E todos vão na onda das promoções mirabolantes nas visitas frequentes aos ‘shoppings’ (e para multiplicá-las nunca se esgota a geração de efemérides (Dia dos pais, das mães, da avó (ela não foi mãe, por acaso?), das crianças, dos namorados, do professor, da secretária, de...de..de..e isto sem falar de todas as celebrações adicionais, a exemplo do Dia do amigo, do livro, das datas natalícias, do Natal – no qual se realça mais “Papai Noel” do que o Cristo da humilde manjedoura – da Páscoa, etc.etc.).

Claro que as farmácias também passam a funcionar como o locus da felicidade vicária, pois tudo se torna indispensável e, afinal, todos querem ser ‘felizes’ (sic). E a corrida desvairada para ganhar mais, para comprar mais – com o estresse subjacente pois – e esse é o convencimento diuturno que a mídia e o mercado fazem - tudo é essencial e vital para todos: tanto é assim que, mais recentemente, primeiro foi o rádio, depois o carro (para enredar-se nos engarrafamentos das cidades modernas, com o estresse que, a partir da vasoconstrição da adrenalina, vai incrementar a prevalência dos infarto do miocárdio, já que não interessa privilegiar o transporte coletivo), a televisão, o computador e agora o telefone celular, impondo a ditadura da obrigatoriedade de ser feliz, comprando-os, a prestações que seja e com juros escorchantes para alegria dos bancos e financeiras.

Toda essa avalanche e diversidade de mercadorias, distribuídas massivamente em um curto lapso de tempo, modificam profundamente as relações humanas: (os tablets e celulares que o digam) na medida em que contraditoriamente, servem, por um lado para isolar-nos mais e mais uns dos outros e a inter-comunicação passa a ser da alçada dos *smartphones*, ‘tablets’ e ‘redes sociais’ virtuais. As coisas que se possuem acabam por possuir-nos.

O papel da mídia, promovendo valores equivocados e intensificando a medicalização

Já foi comentado por alguém que o medicamento é um produto do qual consta um componente farmacológico e a informação que o acompanha. Pode-se considerar, nesse último aspecto, desde o conteúdo da bula que, obrigatoriamente, está inserida na embalagem, até as inúmeras artimanhas que os produtores multiplicam diuturnamente para fazer valer seu objetivo de vendas e que se direcionam ao público como um todo (sites na internet, acessíveis até mesmo via “google”, patrocínio e/ou incentivos à criação de entidades que congregam pacientes portadores de determinadas patologias, veiculação de propaganda direta ou indireta (sob a forma de ‘notícias’ ou de matéria de pretensa ‘divulgação científica’) em diversificados meios de comunicação e, obviamente, também, junto aos prescritores. Este, alvo privilegiado, termina por se transformar em ‘garoto-propaganda’ de luxo das empresas.

É preciso se contrapor à ideologia de consumo que dissemina fortemente, a ideia de que, quanto mais “consumo” de bens e serviços, mais “felizes” seremos. Daí a ampliação de fenômenos como automedicação, gastos supérfluos em exames laboratoriais e medicamentos, com o conseqüente aumento dos seus efeitos indesejáveis. Apesar dessa corrida incessante na busca dos alvos equivocados ou por isso mesmo, nos deparamos com e persistência da “infelicidade”, frustração e empenho para alcançar metas que, uma vez atingidas, impõem novos esforços de ajuste e subordinação aos ditames do mercado. Isto sem falar da ditadura da moda que impõe padrões estéticos a que todos tem de subordinar-se, com dispêndios crescentes – a depender do nível de renda, naturalmente – com os mais variados bens, incluindo cirurgias plásticas e cosméticos.

A respeito do setor de cosméticos, dados recentes divulgados pelo Instituto Euromonitor são bastante ilustrativos. No Brasil, o setor faturou, em 2011 mais de US\$ 43 bilhões (preço ao consumidor), tendo tido um aumento da ordem de 18,9%, ocupando lugar proeminente entre os 10 maiores mercados do setor. O país (com 10,1% do mercado mundial) ocupa o terceiro lugar com os Estados Unidos à frente (14,8% do mercado), seguindo-se o Japão (11,1%).

Além disso, o crescimento desse ramo industrial nos últimos dezesseis anos foi de 360%, apresentando um incremento médio de 10% ao ano, valor muito superior ao crescimento do PIB e

da indústria em geral, que foi de 3,6% e 2,5%, respectivamente³.

Em múltiplos estudos e pesquisas por nós elaborados, com publicações pertinentes subsequentes, refletimos, tanto com respeito ao processo de medicalização, seus determinantes e conseqüências, quanto em relação ao papel desempenhado pelos produtores de medicamentos e/ou de insumos diagnósticos e suas estratégias de mercadização e propaganda (BARROS, 2002; BARROS, 2004; BARROS, (2008a); BARROS (2008b); BARROS, (2013a); BARROS, 2013b)). Optamos agora, por trazer à baila, mais vigorosa e prioritariamente, a maléfica influência exercida sobre os consumidores de maneira geral, pela mídia, tomando como referencial publicações a eles destinadas e de ampla circulação nacional.

É frequente, sob pretexto de pretensa divulgação “científica” para o grande público, que revistas que gozam de prestígio e têm grande número de leitores abordem supostas inovações farmacêuticas, quase sempre, realçando qualidades e minimizando malefícios. A título de exemplo, são incluídas algumas capas de revistas editadas, semanalmente, ao final do presente artigo (Figura 2), fazendo-as preceder por considerações críticas, chamando a atenção para o caráter enganoso, incompleto ou estimulador da hipervalorização dos produtos comentados e a conseqüente adesão à utilização dos mesmos por muitos leitores.

O tema ‘medicamentos’ na mídia tem sido objeto de atenção de diversos autores⁴ os quais apontam a frequência, a forma de abordagem e o impacto das matérias sobre o consumo dos produtos divulgados. A propaganda inserida em revistas femininas foi objeto do estudo de Carvalho e Barros (2013b). Foi constatado que mais da metade dos 42 exemplares das revistas femininas analisadas apresentavam pelo menos uma propaganda de medicamentos. Constatou-se, igualmente, que as informações técnicas sobre o medicamento (Denominação Comum Brasileira (DCB), indicações, contra-indicações, cuidados e advertências foram divulgadas com texto em tamanho, praticamente, inacessível ao leitor, além de apresentarem cores que contrastam pouco com a imagem de fundo, ficando evidente a intenção de não brindar acesso facilitado à informações que

³ Dados divulgados no Canal Executivo, acessado em 24.01.13 no site em <http://www2.uol.com.br/canalexecutivo/notasemp12/em p280620121n.htm>

⁴ Um exemplo o estudo de Heineck (1998) em que ela investiga a propaganda de medicamentos em rádios do Rio grande do Sul.

redundem no desestímulo ao consumo do produto anunciado⁵.

Tendo como foco a dimensão simbólica dos significados atribuída aos medicamentos, além de identificar os discursos que impregnam o imaginário coletivo, Nascimento (2005) efetuou pesquisa em veículos da grande imprensa. No inquérito realizado foram avaliadas 237 reportagens publicadas nas décadas de 1980 e 1990, em jornais e revistas de circulação nacional (*Folha de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Veja, Isto é, Manchete*) com amplo contingente de leitores e que contam com seções específicas dedicadas a temas de saúde. 82 reportagens tratavam de medicamentos analgésicos, antipiréticos ou anti-inflamatórios, sendo que em 32% dos casos a ênfase era dada aos benefícios e 55% davam destaque aos possíveis riscos. Das 83 reportagens sobre antibióticos, apenas 8% realçam os benefícios. 72 reportagens lidavam com vitaminas e suplementos alimentares, das quais 38% davam realce aos efeitos positivos e 28%, aos riscos envolvidos. De maneira geral, a atenção dada aos riscos e efeitos indesejáveis está mais presente nas reportagens veiculadas a partir de 1995 (NASCIMENTO, 2005).

A autora conclui que, a despeito do recurso à ciência como fonte legitimadora de informações, é patente o uso de elementos simbólicos (associados a 'status', 'poder', 'beleza', 'juventude', 'sucesso'), acoplados a personagens famosos, com o propósito evidente de estimular do consumo, lançando-se mão, ademais, de símbolos de cunho religioso estando subjacente ao medicamento algo 'mágico', 'santificado' 'milagroso' (NASCIMENTO, 2005).

Tratando a forma como a mídia divulga os novos lançamentos, Beatriz (2013) realça o emprego de adjetivações excessivas que redundam no estímulo à automedicação e ao fetichismo da tecnologia. O texto exemplifica com duas reportagens sobre o lançamento do rimonabanto, em 2007. Em matéria de capa (vide final do texto) da *Isto é*, o Acomplia® tem seu lançamento no Brasil anunciado assim: *Acaba de ser liberado no Brasil o Acomplia, um remédio audacioso que, ao mesmo tempo, ataca a obesidade, melhora o colesterol e a diabete. Um dia ele poderá ajudar você.*

⁵ Algo parecido, no que concerne à presença de 'contra-indicações', interações' e 'reações adversas' quando presentes em anúncios em revistas médicas foi observado por Barros e Joany (2002b), em avaliação realizada nas edições de revistas médicas de grande circulação no Brasil, sendo os componentes mencionados, se presentes, o fazem em tamanho bastante reduzido

Nenhuma ênfase é outorgada aos efeitos colaterais ou às possíveis reações adversas do novo produto. "*Comprimido anti-barriga liberado no Brasil – A química da cintura de pilão*" é a expressão que a *Veja* utiliza, claramente fazendo apelo aos que desejarem ter forma perfeita, para que usem o produto. Um pequeno *box* assinala as reações adversas já descritas, portanto, sem o destaque dado aos potenciais benefícios¹. A autora destaca um ponto comum às duas matérias que é de recomendar aos leitores que façam mudanças na dieta e mantenham a atividade física (BEATRIZ, 2013). Em todo caso, os comentários valem como exemplo, de como age a mídia, em relação a um produto que já merecera recomendação de retirada do mercado de parte da EMEA (agência reguladora de medicamentos da União Européia) e de não aprovação pela FDA. Em finais de 2008, a Anvisa determinou a retirada do Acomplia do mercado brasileiro⁶

Em outra matéria de capa, a revista *Veja* tratando das estratégias de combate à dor aponta, sem referir os eventuais efeitos adversos que, entre os medicamentos mais eficazes e que constituem a base da terapêutica moderna contra as dores crônicas se encontram os antidepressivos e os anticonvulsivantes (BUCHALLA; POLIS, 2002).

Por último, mas não menos importante, vale realçar os ganhos deveras impressionantes da neurociência⁷ – e nesse contexto, também da psicofarmacologia – desvendando a etiopatogenia e fornecendo substrato para tratamentos, há pouco impensáveis para distúrbios congênitos ou resultantes de traumas emocionais e/ou de sequelas de acidentes. Particularmente, nesse último caso, em virtude do incentivo – até com

⁶ O sítio da internet, em seguida apontado, faz uma listagem, supostamente completa dos produtos para obesidade, autorizados ou não no país (acessado em 10.04.14):

<http://www.maringafm.com.br/mobile/noticiasinterna.asp?cod=636>

⁷ Entre os luminares desse ramo da ciência moderna estão o português Antônio Damásio que em um dos seus livros contesta os dualismos fincados no pensamento ocidental (mente/corpo; razão/sentimento; explicações biológicas/explicações culturais), oferecendo uma nova visão integradora e apontando hipóteses para o funcionamento do cérebro bastante inovadoras (2003). O renomado médico e cientista brasileiro Miguel Nicolelis (Universidade de Duke) vem realizando estudos bastante ousados tentando integrar o cérebro humano com máquinas (neuropróteses ou interfaces cérebro-máquina). O objetivo precípua de suas pesquisas é desenvolver próteses neurais para a reabilitação de pacientes que sofrem de paralisia corporal.

redução de impostos – ao uso de veículos automotores e da hegemonia, em todos os sentidos, irracional, brindada ao transporte individual, em detrimento do coletivo, com um trânsito que, cada vez mais, estressa e mata (os dados estatísticos são assustadores, dando conta do montante de óbitos, em especial com o envolvimento de motos e isto a despeito de medidas coercitivas, como é o caso da monitorização da ingestão alcoólica).

As conquistas assinaladas no âmbito das neurociências, em todo caso, não justificam o intento persistente de “patologizar” estados psíquicos ou emoções naturais da vida quotidiana. Esse é o caso patente de matéria de edição mui recente da ‘Isto é’ (Figura 2) que aponta que tratamentos médicos poderão anular sentimentos quando os mesmos trazem mais dor do que alegria e para etapa passível de interrupção, na progressão do sentimento, há disponibilidade de um fármaco (veja o esquema a seguir, extraído de reportagem da *Isto é* (PEREIRA, 2014a).

Ainda bem que há gente preocupada com a potencial manipulação dos sentimentos românticos que pode seguir-se ao uso abusivo dos “agentes anti-amor”. É levantada, também a hipótese de que a “cura” do amor traria embutida o risco do cerceamento da chance de evoluir, além da perda do conjunto de obras de arte, nos mais diversos campos da mesma, que deixariam de existir. A questão crucial que cabe levantar – e com o risco das pessoas passarem a crer na factibilidade concreta - é se, efetivamente, vale a pena apostar em agentes químicos para dar conta de relacionamentos que são prejudiciais. Não pairam dúvidas de que, mais uma vez, extrapola-se o papel dos medicamentos, ao tentar medicalizar sentimentos.

Nesse contexto, vem bem a propósito as considerações de Figueras (2007) ao apontar que os subsídios trazidos pelos avanços das neurociências evidenciam ser o nosso corpo um verdadeiro laboratório interno com um potencial que capacita o ser humano a gerar ‘felicidade’ sem que se faça necessário a ingestão de agentes químicos sintéticos. Aliás, em texto mais recente, o autor proclama que a felicidade é algo mais que um sentimento, mas é, também uma garantia de saúde e um seguro, sem igual, para o nosso bem-estar e, mais, ser otimistas perante as adversidades, contagia os que nos cercam e nos torna melhor aceitos (FIGUERAS, 2007)⁸

⁸ O farmacoepidemiólogo Albert Figueras, docente da Universidade Autônoma de Barcelona, além da significativa produção científica, em sua área específica de atuação acadêmico-profissional, tem se voltado

Para não fixar-me, tão somente no predominante papel negativo da mídia, duas edições depois da matéria objeto dos comentários críticos precedentes, a ‘Isto é’ traz matéria de capa (Vide Anexo), com conteúdo laudatório, como de praxe, mas com um razoável grau de objetividade, assinalando os benefícios possíveis da medicina tradicional chinesa (acupuntura), incluindo pesquisas experimentais. Busca-se, assim, lançar mão do mesmo método com aderência radical aos cânones da fisiopatologia e terapêutica hegemônicas no ocidente, transpondo-as para a medicina do oriente, para, ao final, aceitá-la e valorizá-la ou, no mínimo, não olhá-la de viés, com a autoridade e empáfia dos que “sabem” (sic).

Trata-se do velho hábito dos adeptos estritos dos paradigmas da ciência e que endeusam a chamada *medicina baseada em evidências* cujos achados passam a ser dogmas a que aderem, por vezes até, acriticamente, em especial se vem respaldados com valores do “p” adequado, melhor, ainda, se passaram pelo crivo de uma metanálise⁹. A matéria, sob exame, revela que os experimentos que vem se implementando comprovam o sucesso terapêutico da acupuntura em uma série de patologias (hipertensão¹⁰,

sobre a ‘felicidade’, com reflexões sobre o tema, já brindadas ao público – com tradução e divulgação em vários países (os interessados poderão, com impacto mui positivo, acessar o seu site: <http://www.albertfigueras.com/>). Ele atua como experto – parte de um conjunto de alto nível – no Instituto de la Felicidad, cujo acesso é o que se segue: <http://www.institutodelafelicidad.com/>. Além do blog, com endereço antes indicado, pode-se saber mais sobre sua biografia e produção literária e científica em: http://es.wikipedia.org/wiki/Albert_Figueras

⁹ A metanálise utiliza técnicas estatísticas com o propósito de combinar em uma medida resumo os resultados de estudos independentes que foram realizados com o foco em uma mesma questão ou problema. Surgida no século XVII, somente no século XX, o estatístico Karl Pearson foi provavelmente o primeiro pesquisador a usar técnicas formais para combinar dados de diferentes estudos médicos, quando examinou o efeito preventivo de inoculações contra febre entérica. O vocábulo *meta-analysis* surgiu, em um artigo do psicólogo Gene Glass, em 1976, mas o foi não no sentido utilizado e agora – ‘estatístico’ – mas, em um contexto ‘filosófico’. Ferramenta de amplo uso em várias disciplinas científicas, tem subsumida uma ‘revisão sistemática’ do tema selecionado. A revisão sistemática visa encontrar e avaliar, criticamente, todas as evidências científicas disponíveis em relação a alguma questão específica. A síntese produzida é ponderada (peso diferente para cada estudo, cada um contribuindo, ao seu modo para a conclusão final).

depressão e outras doenças mentais, obesidade, rinite crônica, atrofia muscular, estresse, patologias associadas à medicina esportiva, etc. (PEREIRA, 2014b).

Medicalizando em função da ‘Saúde’ ou dos interesses comerciais?

Ivan Illich pode ser considerado o pioneiro em refletir a respeito do processo da ‘medicalização’, conceitualizando e apontando determinantes e consequências da mesma. No seu texto “A expropriação da saúde – Nêmesis da medicina” (ILLICH, 1975), ele discorre, de maneira mui apropriada sobre a invasão crescente da medicina e seu aparato tecnológico sobre os indivíduos e seu dia-a-dia e conjuntura existencial, isto é, essa invasão se dá, de forma crescente em relação a etapas sucessivas da vida humana, desde o as fases precoces do nascimento, infância, gestantes, término da capacidade reprodutiva ao chegar à menopausa e senectude.

Em todas essas etapas, as pessoas vão sendo submetidas a cuidados e estratégias de intervenção, que independem da constatação objetiva de sinais ou sintomas de caráter mórbido ou patológico. Vale lembrar as muitas outras situações e/ou comportamentos, que vão com variedade e incrementos preocupantes na atualidade (vide o item do presente artigo em que se discute o papel da mídia na geração de valores e necessidades que, não somente alargam o campo de cobertura da ‘medicalização’, como, na mesma medida intensifica gastos inapropriados e riscos desnecessários). Tanto é assim que estão sendo “medicalizadas” e, como tal, passam a ser alvo da ‘atenção do sistema médico’ e da intervenção com insumos diagnóstico-terapêuticos um conjunto de situações patológicas pré-existentes ou que são, artificialmente, criadas ou magnificadas (no campo das ‘doenças mentais’, os exemplos são flagrantes)¹¹ como são os casos

¹⁰ Ao atuar modulando a atividade endócrina, a acupuntura interferiria na produção da aldosterona e da angiotensina II, dois agentes já identificados como partícipes na fisiopatologia da hipertensão.

¹¹ Além de renomear nosologias ou estados emocionais (síndrome disfórica menstrual) é o novo nome para o antigo ‘Transtorno ou tensão pré-menstrual), amplo leque de medicamentos psicoativos (em especial, ansiolíticos e anti-depressivos) com o incentivo dos que os produzem, estão tentando erigir novos diagnósticos – para gerar tratamento psicofarmacológico – a exemplo, da ‘Transtorno afetivo estacional’ (depressão

da depressão, alcoolismo, drogadição, esterilidade, homossexualismo e outros comportamentos estigmatizados pela sociedade.

Pode-se, ademais, trazer à baila a ‘medicalização’ das crianças diagnosticadas, crescentemente, como portadoras do TDAH (Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), para as quais, de forma claramente abusiva, se vem fazendo uso de metilfenidato, fármaco do grupo das anfetaminas (BARROS, 2008b).

Os gastos dispendidos para intrometer em toda a população as vantagens e hiper-vantagens do uso dos medicamentos – escamoteando, obviamente, seus riscos e potencial de provocar danos – e junto aos médicos, ultrapassam, de longe, o que a indústria farmacêutica destina à pesquisa e desenvolvimento de novos fármacos. Há tentativas de fazer crer que todos somos, em alguma medida, enfermos, pesquisando-se e comercializando uma pílula para todo e qualquer problema, incluindo os imaginários ou fictícios. Por exemplo, a venda de ansiolíticos e antidepressivos é crescente e o consumo se amplia, deliberadamente, com estratégias promocionais dos fabricantes de drogas psicoativas, na medida em que condições do dia a dia, como a tristeza ansiedade, até mesmo estados fisiológicos como a menstruação são rotulados como problemas mentais.

Impõem-se, ademais, sobretudo juntos aos jovens, de ambos os sexos, um padrão de beleza ou de desfrute de um “corpo sarado” que amplia o consumo de inibidores do apetite (recentemente, medidas restritivas para esses fármacos foram tomadas pela ANVISA), por um lado e de anabolizantes, por outro. À indústria farmacêutica se soma à da moda, cosmética e as cirurgias plásticas em uma ação sinérgica para “vender” corpos bonitos. Só que, como ressalta Figueras (2007), esse corpo idealizado, estará ao alcance apenas de um grupo seleto de modelos e atrizes – 50 ou 100, em uma população, no planeta, de 7 bilhões de habitantes. E esse corpo, continua o autor, “em muitos casos, foi retocado pelo afiado bisturi do cirurgião e pela ajuda do silicone ou pelo mouse e pelo photoshop, essa cirurgia virtual que elimina pintas, suaviza rugas, tira manchas, depila, realça os glúteos, e apaga a barriga” (FIGUERAS,

proveniente das baixas temperaturas no inverno); ‘Transtorno pós-traumático’ implica na tristeza, conseqüente a episódios inerentes à condição humana, e passa a requerer, obrigatoriamente, nessa nova ótica de visualização dos problemas existenciais, o uso de psicofármacos); ‘Transtorno de ansiedade social’; ‘transtorno motivacional (caracterizado pela indisposição para o trabalho).; ‘Transtorno bi-polar pediátrico’, etc. (Barros, 2012).

2007).

É nesse contexto que entraram no mercado vasodilatadores (sildenafil, vardenafila) fármacos destinados a lidar com a disfunção erétil, desconsiderando que, como só acontecer em qualquer distúrbio da vida e, com particular interferência no campo da sexualidade, há a participação de componentes psicológicos. Moynihan assinala haver interesse dos produtores de medicamentos, na massificação do consumo de medicamentos (essa prática é ilustrada com copiosos exemplos, como se comentará com as matérias de capa de revistas selecionadas). Tanto é assim que “problemas menores são descritos como problemas graves, de tal modo que a ‘timidez’, passa a ser vista como um “problemas de ansiedade social”. O simples fato de ser tomado como um indivíduo ‘predisposto’, potencialmente capaz de desenvolver uma patologia, torna-se motivo para enquadrá-lo como “doente”” (MOYNIHAN; WASMES, 2007).

Concluem, ainda, esses autores que vai ficando cada vez mais tênue as fronteiras definidoras do que é “sadio” e do que, efetivamente, é “doente”, ampliando-se a abrangência da definição de certas patologias. Em outro texto, publicado em parceria com Allan Cassels, Moynihan apresenta exemplos de “patologias” que nada mais são que fruto de estratégias dos produtores para “vender doenças”, ao fim e cabo, tentando transformar a todos em pacientes para que consumam fármacos (MOYNIHAN; CASSELS, 2005).

A preocupação mercantil permanente dos produtores em ampliar categorias diagnósticas ficou patente, mais recentemente, quando da revisão do manual da Associação Americana de Psiquiatria, de amplo uso, sobretudo por pesquisadores e estudiosos das doenças mentais.

O psicanalista Contardo Calligaris confirma, em crônica recente, (2013) denúncias feitas por entidades americanas apontaram que, em vários casos, a nova versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM 5) que entrou em vigor em maio de 2013, “*baixa o limiar do que pertence à patologia, designando como transtornos - passíveis de cuidado médico e psicológico - afetos, pensamentos e humores que, até hoje, eram considerados parte da experiência humana normal*”. Prossegue o autor, na crônica mencionada: “*Em outras palavras, somos cada vez mais considerados como “doentes” (e convidados a procurar tratamento) por uma psicologia e uma psiquiatria que não param de definir nossa “normalidade” -com as melhores intenções*”. Foi demonstrado, além disso, conflito de interesses evidente na medida em que havia,

de parte de vários membros do *staff* responsável pela preparação da 5ª versão do DSM (*Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders*) vínculos pregressos com empresas farmacêuticas.

Divulgou-se que foram propostos, para nova versão a inclusão de dois novos diagnósticos, que, ao final não cotaram com o aval das evidências científicas: a ***síndrome da psicose atenuada*** (para identificar as pessoas sob risco de desenvolver psicoses) e o ***transtorno misto ansioso depressivo*** (um híbrido de ambos problemas). Antes mesmo do lançamento oficial da 5ª versão do Manual em questão, o *National Institute of Mental Health* (NIMH), em decisão que causou espécie à comunidade científica, manifestou sua não adesão ao mesmo. O diretor, do Instituto, Thomas Insel, comunicou, à época, que a entidade estava elaborando um novo referencial para classificar as psicopatologias, tornando, dessa forma, patente um verdadeiro divórcio entre o âmbito da clínica e o da pesquisa dos transtornos mentais (INSEL, 2013).

Denúncias consistentes, sobretudo por não discreparem dos fatos concretos e devidamente comprovados, têm vindo à luz – praticamente desde o nascedouro da quimiosíntese farmacêutica industrial moderna que, já desde os seus primórdios, o faz sob a égide da lógica de mercado - e se multiplicam a olhos vistos envolvendo comportamentos inadequados e condenáveis, quando confrontados com padrões éticos, adotados pelos produtores de medicamentos. Essas práticas objetivam influenciar prescritores, autoridades sanitárias e público em geral e, as denúncias têm sido feitas por inúmeros autores (incluindo nós próprios), com destaque particular para os textos de Angel (2007) e Elliot (2010).

Em um de nossos estudos detectamos a existência de discrepâncias no que é informado aos prescritores de países centrais, neste caso os Estados Unidos, e brasileiros. Esse estudo identificou um verdadeiro duplo padrão de conduta” por parte da indústria farmacêutica, pois, para produtos idênticos produzidos pela mesma indústria são brindadas informações de caráter distinto segundo cada país, particularmente no que respeita a ‘contra-indicações’, ‘efeitos adversos’ e ‘interações’ com outros medicamentos. Ficou patente a existência de lacunas importantes, no caso do texto de consulta brasileiro (o confronto foi realizado entre o DEF (Dicionário de Especialidades Farmacêuticas, manual de consulta de amplo uso no Brasil, elaborado com informações fornecidas pelas próprias empresas que o financia e, via de

regra e o reparte, gratuitamente, aos médicos (BARROS, 2000)

E assim se ampliam os descaminhos que intensificam a busca de alternativas mágicas que, aparentemente, vão produzir a tão almejada condição de saúde e felicidade. Poucos se dão conta de que ser feliz e saudável não é uma questão, propriamente, de acesso a tecnologias ou ao consumo desenfreado de bens e produtos, como quer fazer crer a sociedade de consumo. Nesta a obsolescência das mercadorias é uma constante (o 'produto mais recente' é sinônimo, do 'melhor', mesmo que com alterações superficiais, sem modificar a essência do produto imediatamente anterior).

Na verdade, a felicidade pessoal está atrelada, inexoravelmente, à do coletivo possível apenas quando do predomínio de valores solidários e dela, fazendo parte a vivência da 'saúde' dependente de amplos condicionantes que extrapolam o mero acesso aos serviços médico-assistenciais. Já está há muito tempo comprovado, a dependência para a existência de bons níveis de saúde, da aderência a hábitos de vida orientado, por exemplo para a prática de desportos ou atividade física, além de preocupação com a dieta e minimização das fontes de estresse. É preciso se contrapor à ideologia de consumo que dissemina, fortemente, a idéia de que, quanto mais "consumo", de bens e serviços os mais diversos, mais "felizes seremos". Daí a ampliação de fenômenos como automedicação, gastos supérfluos em exames e medicamentos, com o consequente aumento dos seus efeitos indesejáveis.

Apesar dessa corrida incessante na busca dos alvos equivocados ou por isso mesmo, nos deparamos com e persistência da "infelicidade", frustração e empenho para alcançar metas que, se atingidas, impõem novos esforços de ajuste e subordinação aos ditames do mercado. Isto sem falar da ditadura da moda que impõe padrões estéticos a que todos tem de subordinar-se, com dispêndios crescentes – a depender do nível de renda, naturalmente – com os mais variados bens, incluindo cirurgias plásticas e cosméticos.

A respeito do setor de cosméticos, dados recentes divulgados pelo Instituto Euromonitor são bastantes ilustrativos. No Brasil, o setor faturou em 2011 mais de US\$ 43 bilhões (preço ao consumidor), tendo tido um aumento da ordem de 18,9%, o maior entre os 10 maiores mercados do setor. O país (com 10,1% do mercado mundial) ocupa o terceiro lugar com os Estados Unidos à frente (14,8% do mercado) seguindo-se o Japão (11,1%).

Além disso, o crescimento desse ramo

industrial nos últimos dezesseis anos foi de 360%, apresentando um incremento médio de 10% ao ano, valor muito superior ao crescimento do PIB e da indústria em geral, que foram de 3,6% e 2,5%, respectivamente¹².

CONCLUSÃO:

É fato inconteste que foram extraordinários os avanços, nos mais diversos ramos da ciência, seja na eletroeletrônica, aeroespacial, telecomunicações e biomedicina, para citar apenas alguns exemplos. Não mais verdadeira é a intromissão dos interesses do mundo da produção que, sob a égide da lógica de mercado e com a repartição desigual da renda, o acesso a esse mundo, tão real quanto ilusório do consumo, faz com que muitos não tenham acesso a bens essenciais á sua sobrevivência biológica, ao passo que tantos acedem ao supérfluo, ainda que apreender os conceitos de 'essencial' e o 'supérfluo' seja tarefa iria, pela relatividade implícita nos mesmos. Os equívocos, no entanto, são palpáveis e se multiplicam a olhos vistos quando se erige o consumo como sinônimo de 'bem-estar', 'saúde' e ou 'felicidade'. Se amplos e crescentes contingentes da sociedade brasileira têm acesso ao celular, *tablets* e ao intercâmbio pelos canais os mais variados e sofisticados através das velozes e incríveis redes globais interconectadas pela internet, impensáveis há meras duas ou três décadas. Se é inquestionável as facilidades trazidas para a vida do dia-a-dia oriundas da prestação de serviços de variedade estonteante, também é verdade que essas novas tecnologias das quais não somos senhores, mas nos tornamos escravos, obstaculizam o verdadeiro diálogo, manietados e manipulados como marionetes pelos cordéis da mídia, bastantes habilidosos para convencer a todos que sem a aquisição e uso das mercadorias e serviços, fonte primeira, se não a única da tão almejada felicidade, gera-se uma frustração e estresse que, por suas vez, em um círculo vicioso diabólico, engendra dependente de fármacos, academias, *fast-food*, e até de pílulas mágicas para o adoecimento decorrente do estar apaixonado. Há, de fato, nunca será demais ressaltar, uma substituição vicária da inter-comunicação com troca de afetos e sentimentos de aconchego pelos torpedos, conversas virtuais e mesmo vivências

¹² Dados divulgados no Canal Executivo, acessado em 24.01.13 no site em <http://www2.uol.com.br/canalexecutivo/notasemp12/em-p280620121n.htm>

afetivo-sexuais que prescindem da presença concreta e dos toques que enriquecem.

No caso dos insumos advindos da tecnologia médico-farmacêutica é patente – como ficou sobejamente demonstrado ao longo deste artigo – que, sob o comando das leis de mercado o que interessa é a geração insaciável de lucros. Toda uma cadeia é posta em marcha para introjetar em todos uma ânsia incoercível para comprar, basear-se nas pseudo-informações científicas extraídas do “google” ou do doutor “fantástico” ou de outros canais da mídia, comprados pelos produtores de medicamentos ou de equipamentos; para estar na moda; ostentar *tablets* e celulares, usando-os sem a menor autocrítica, em suma, ilusoriamente felizes. Nem tão pouco o acesso a produtos e serviços amplamente disponibilizados pelo mercado, seriam os responsáveis pelo gozo de níveis satisfatórios de saúde e bem-estar. Este é dependente em grande medida de fatores de natureza sócio-econômica.

No que se refere à equivocada associação a que a ideologia de consumo e as estratégias de promoção e venda de todo e qualquer bem ou serviço, a ela atrelado, tentam impingir, cabe convocar os leitores a uma profunda reflexão que subsidie uma reorientação de valores e práticas, efetivamente indutoras da ‘felicidade’ e dos ‘níveis de saúde’ por todos desejados. E isto não será factível enquanto sobreviver a idéia de que somente o acesso às sofisticadas armas de diagnóstico e terapêutica possibilitará a consecução do padrão de vida e saúde. Quem sabe poderemos cancelar a sugestão feita pelo Frei Betto (2001) quanto à atualização do axioma cartesiano. do **“Penso, logo existo”**, para **“Consumo, logo existo”**. De fato, na sociedade atual, quem se encontra à margem do mercado carece de qualquer valorização, efetuando-se uma inversão total dos valores que vale abraçar em função de uma sociedade mais humana e feliz. A dimensão simbólica subsumida no ato de comprar e consumir – para o que a propaganda e a mídia exercem papel proeminente - extrapolando as categorias do materialismo dialético, *valor-de-uso* e *valor-de-troca* – tem sido discutida com propriedade por diversos autores (DUPUY; KARSENTY, (1980); LEFÈVRE, (1987); LEFÈVRE (1991).

Em suma, a conquista da saúde e da felicidade é uma tarefa de responsabilidade em essência, **individual**, dependente, em todo caso das escolhas e valores que cada um perpetra no seu dia-a-dia e ao longo da vida e com conquistas progressivas, diuturnas e que entretém, obviamente, estreita correlação com a forma como

se (des)organiza a sociedade, no âmbito dos espaços de poder alçados pelos grupos em que ela se divide e do progresso técnico-científico alcançado no aparato produtivo e na repartição mais ou menos equânime do que é produzido. É preciso, sem lugar a dúvidas, aprender a viver a cada momento, sem ficar prisioneiros do passado ou do futuro (TOLLE, 2002). Sobretudo, cabe incorporar a ideia de que a *saúde*, o *bem-estar* e a *felicidade* dependem de um complexo conjunto de fatores, entre os quais uma parte apenas tem a ver com as tecnologias médicas. Obviamente, essas inquietações, desejos e projetos que acompanham a humanidade desde sempre e que esta, tudo faz para vivenciá-la no porvir, nunca terão concretude se se desconsidera sua dimensão coletiva. Em outras palavras, sem que se erija – com o empenho constante de todos os que a compõem - uma sociedade embasada em valores de solidariedade, humanitarismo e justiça social.

Por fim, a propaganda tenta fazer crer que a felicidade consiste em comprar mais e mais e consumir, de preferência sem nenhuma crítica, os produtos que ela anuncia. As celebridades nos convencem de que a mesma reside na beleza e no sucesso profissional e os políticos proclamam que nada é mais importante para o alcance dessa meta, que o crescimento da economia.

Lamentavelmente, os progressos da biomedicina, com sua ampla gama de especialidades e super-especialidades médicas, com o modelo biomédico reducionista prevalecendo sobre qualquer apreensão mais razoável e crítica do processo saúde-doença e os interesses de mercado fechando o circuito multiplicam-se as distorções que contrariam os interesses da saúde. O olhar do sistema médico-assistencial e dos profissionais e prestadores de assistência de variada estirpe, focam em forma privilegiada as frações do corpo enfermas, não atuam na promoção e prevenção das doenças, mas o fazem lidando com os efeitos e muito pouco ou quase nada enfocando nas causas das patologias, com um dogmatismo acrítico e empobrecedor que enaltece a alopatia e se fecham para aderir a um regimen diagnóstico-terapêutico mais plural e holístico. E assim, todos vão cedendo ao rolo compressor dos anti-valores (os profissionais cobiçam status e padrão elevado de consumo que os tornam escravos dos multi-empregos, com conseqüente estresse e não desfrute, sequer, dos bens que compram e, nessa mesma onda, viajam os pacientes.

Como a máquina do capital não pode parar, dá-se continuidade a um jogo de cena perdulário e inconseqüente, fazendo-se de conta

que “soluciona” os males que vão à consulta, com polivitamínicos, ansiolíticos e antidepressivos (na categoria dos psicoativos, o carro chefe é a fluoexetina e o clonazepam tendo sido vendidas, deste último, em 2010, nada menos de 10,5 milhões de caixas do Rivotril® (ANVISA, 2010), antihelmínticos (sem que se invista em saneamento básico) e, claro, demandando exames dispendiosos quando há alternativas mais baratas, o que aliás, pode ser mais uma fonte de desperdícios, se não são fruto de um exame clínico minucioso. A irracionalidade dominante, no que diz respeito aos medicamentos, para ser vencida requer: educação dos consumidores e prescritores (se seguirem as consignas normativas do código de ética médica, deixarão de atuar, a troco dos brindes ou mesmo miçangas, agindo como garotos-propaganda de luxo das empresas)¹³; formação e atualização em farmacoterapia dos profissionais que lidam com fármacos, infensas ao viés do que advém – como pretensa educação continuada - de parte dos produtores; controle das agências reguladoras estatais sobre as intensivas, sofisticadas e manipuladoras, estratégias de mercadização, sobretudo no que se refere à propaganda direta ou indireta muitas das quais deveriam ser proibidas e que lançam mão da mídia impressa, televisiva ou radiofônica como ficou sobejamente, evidenciado no presente texto, em relação a revistas, pretensamente informativas e nada educativas; elastecer espaços para instâncias derivadas dos ‘Programas de Medicamentos Essenciais¹⁴ e de Genéricos, dos Comitês de Promoção do Uso Racional de Medicamentos (institucionalizado no Brasil, em 2007, com crescente atuação, via publicações, congressos, etc.), todos eles

¹³ Entre outros diplomas legais que tratam da relação dos médicos com os de produtores de medicamentos e equipamentos médicos ou diagnósticos, tratam do tema: Conselho Federal de Medicina, resolução nº 1.939, de 14 de janeiro de 2010; Código de Ética Médica, em vigor a partir de 13.04.2010, nos seus artigos 68, 69, 105 e 109 é taxativo quando estatui a necessidade da independência profissional e científica quando da realização de pesquisas, publicações, proibindo-se a obtenção de vantagens pessoais, interação ou dependência para com farmácias ou indústria farmacêutica

¹⁴ Conforme preceitua a OMS, esses programas constam de: lista de medicamentos essenciais, sistema de farmacovigilância, programa de genéricos, formulário terapêutico, informações independentes para os profissionais que lidam com medicamentos, precisamente o componente de que o Brasil carece. Uma excelente revisão a respeito dos dois programas mencionados como eventual alternativa para ampliar o acesso foi feita por Gonzáles (2008).

preconizados pela OMS, as quais somadas a entidades da sociedade civil – de origem profissional ou não – a exemplo do IDEC, SOBRAVIME, AIS, GPUIM, pode construir outras vivências e práticas que redundem no tão desejado ‘Uso Racional dos Medicamentos’.

REFERÊNCIAS

ANGELL, M. A verdade sobre os laboratórios farmacêuticos. **Como somos enganados e o que podemos fazer a respeito**. Rio de Janeiro: Record; 2007

BARROS, J.A.C. Políticas farmacêuticas: A serviço dos interesses da saúde? Brasília: UNESCO/ANVISA, 2004.

BARROS, J.A.C. Nuevas tendencias de la medicalización. **Ciência & Saúde Coletiva**, número temático Medicamentos no Brasil, v.13, Suplemento, 2008a.

BARROS, J.A.C. Os fármacos na atualidade: Antigos e novos desafios. Brasília: Editora da ANVISA, 2008b.

BARROS, J.A.C. Ampliando espaços da “medicalização”: Instrumento para desfrute de melhores níveis de saúde? In: **Medicalização da Saúde: Ética, Saúde Pública e Indústria Farmacêutica**. 2ª edição. Curitiba: Editora Prismas, 2013, p.23340.

BARROS, J.A.C. Ampliando espaços da medicalização. **Boletim farmacoterapêutica**, ano XVII, n.01, p.3-8, 2013.

BETTO, F., GLEISER, M., FALCÃO, W. **Conversa sobre a fé e a ciência**, Rio de Janeiro: Agir, 2011.

FIGUERAS, A. **Pura felicidad: Ser feliz es saludable**. Barcelona: Plataforma Actual, 2012.

INSEL, T. **Transforming diagnosis**, 2013 in: <http://www.nimh.nih.gov/about/director/2013/transfarming-diagnosis.shtml>

ILLICH, I. **A expropriação da saúde: Nêmesis da medicina**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

LEFEVRE, F.E.; LEFEVRE, A.M.C. **O corpo e seus senhores - Homem, mercado e ciência: Sujeitos em disputa pela posse do corpo e mente humana**, Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2009.

MOYNIHAN, R.; CASSELS, A. **Selling sickness: how drug companies are turning us all into patients**, Crows Nest: Allen & Unwin, 2005.

MOYNIHAN, R.; WASMES, A. Vendedores de doença: estratégias da indústria farmacêutica para

multiplicar lucros. **Bioética como novo paradigma: por um novo modelo bioético e biotecnológico.** Petrópolis: Vozes, p. 151-156, 2007.

Nascimento, M.C. **Medicamentos: ameaça ou apoio à saúde?** Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2005.

PEREIRA, C. Amor pode ter cura, **Revista Isto é**, n. 2315, 2014a.

PEREIRA, C.; TARANTINO, M. A potência da acupuntura, **Revista Isto é**, n. 2317, 2014b.

SEREDA, A.B. Sociedade e consumo: análise de propagandas que influenciam o consumismo infantil. **Jus Navigandi**, v. 14, n. 2359, 2009.

Figura 1

FOCO
Donatella,
da Itália, provou
que os apaixonados
têm pensamentos
obsessivos



BIOTECNOLOGIA ANTIAMOR

De acordo com os pesquisadores da Universidade de Oxford, é possível interromper a progressão do sentimento em suas diferentes etapas. Conheça algumas das opções citadas pelo grupo para cada fase

1 DESEJO SEXUAL

Antidepressivos, especialmente os da categoria dos inibidores seletivos da recaptação da serotonina (SSRIs). Um de seus efeitos colaterais é a redução da libido

Bloqueadores androgênicos. Eles impedem a atuação dos hormônios masculinos, como a testosterona, envolvidos na manutenção do desejo

Naltrexona. É indicada atualmente para o tratamento do alcoolismo e também da dependência causada pelo uso de opioides (receitados contra a dor). Estudos têm sido feitos sobre a eficácia de sua associação com o antidepressivo bupropiona no tratamento da obesidade para impedir compulsão

Ansiolíticos. Atuam no sistema nervoso central e também estão associados à queda da libido

2 ATRAÇÃO

Antidepressivos. Reduzem os pensamentos obsessivos a respeito da pessoa amada típicos dessa etapa

Interferem na liberação de dopamina, justamente o composto associado aos sentimentos de euforia e alegria que caracterizam a fase da atração

3 VÍNCULO

Anti-hipertensivos, estatinas e antiácidos. O primeiro é indicado para controlar a pressão arterial. O segundo, para equilibrar os níveis de colesterol. O terceiro, para gastrite. Entre seus efeitos colaterais está a redução no desejo e na excitação

Também induzem a um embotamento emocional dos sentimentos que levam à etapa seguinte, a do vínculo. Um estudo mostrou, por exemplo, que 80% dos usuários dessas medicações aprenderam menos vontade de chorar, de se preocupar, de se irritar ou de dar atenção aos sentimentos dos outros

Para esta etapa, as alternativas encontram-se em estudo

Elas são basicamente dirigidas para atuar sobre as substâncias associadas ao vínculo afetivo (ocitocina e a vasopressina) e também sobre a dopamina (ela reforça a sensação de recompensa)

Os trabalhos mais importantes na área estão sendo feitos pelo grupo do cientista Larry Young, da Emory University (EUA). Uma das pesquisas revelou, por exemplo, que, quando uma droga interrompeu a produção de ocitocina em cobaias, elas se tornaram poligâmicas. Na interpretação dos cientistas, isso significa que o vínculo foi partido

Há outra perspectiva em análise. Uma delas é baseada na utilização de remédios contra estresse pós-traumático (o propranolol é um deles). Ao que parece, eles suavizam os aspectos emocionais relacionados a uma memória. A ideia aqui seria usá-los para amenizar as boas lembranças relacionadas a um grande amor



